

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026****COMPRASNET Nº 90045/2026****(Processo Administrativo nº 4167/2026)****(Processo Licitatório nº 121/2026)**

TORNA-SE PÚBLICO que a **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, sediada na Rua Porto Alegre, 350 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis/SP, **REALIZARÁ LICITAÇÃO**, na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, com **CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que integram o presente ato convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) designado(a), denominado(a) Pregoeiro(a), devidamente designados(as) pelas Portarias nºs 22.776, de 18 de junho de 2025 e 22.777, de 18 de junho de 2025, e suas eventuais alterações. O servidor(a) terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

A gestão contratual será exercida pelos gestores e fiscais de contratos, devidamente designados pela Portaria nº 22.745, de 09 de junho de 2025, e suas eventuais alterações, sendo que as apurações de responsabilidade contratual que se fizerem necessárias serão conduzidas pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC, nos termos da Lei Complementar nº 262, de 04 de abril de 2024.

IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO SOBRE O EDITAL: As dúvidas e esclarecimentos acerca do presente Edital, bem como as impugnações, deverão ser



encaminhadas eletronicamente através do Site do Município. Para isso, o licitante deverá acessar o site oficial da Prefeitura de Fernandópolis, disponível no endereço <https://www.fernandopolis.sp.gov.br>. Na página inicial, em "Serviços Principais", deve-se clicar no link "GESTÃO SEM PAPEL". O usuário deverá clicar em "Protocolo" e depois em "POUPATEMPO", na página 4 das opções "Pedidos de Esclarecimento e Impugnação de Editais de Licitação (Lei Federal nº 14.133/2021)", fazer o login no Sistema FlowDocs e Protocolar. As respostas às dúvidas ou impugnações serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal, disponível em www.gov.br/compras/pt-br, e no site oficial da Prefeitura de Fernandópolis, no endereço www.fernandopolis.sp.gov.br.

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	08h00 do dia 25/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO:	23h59 do dia 07/07/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08h29 do dia 14/07/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08h30 do dia 14/07/2026 (Horário de Brasília - DF).
LOCAL:	Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br CÓDIGO DA UASG NO COMPRASNET: 986411
MODO DE DISPUTA:	Aberto.

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE CLASSIFICADOS NO GRUPO A2, COMPREENDENDO CARCAÇAS, PEÇAS ANATÔMICAS E DEMAIS RESÍDUOS DE ORIGEM ANIMAL SOB RESPONSABILIDADE DO CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



1.2. A licitação será realizada em ÚNICO ITEM, conforme tabela constante no item 1.1. do Termo de Referência (Anexo II).

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

2.6.1. O afastamento da reserva de cota não impede a participação de ME e EPP no certame, permanecendo plenamente garantidos todos os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, tais como o direito de preferência (empate ficto) e o prazo para regularização fiscal e trabalhista tardia, nos termos da legislação vigente.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação.
- 2.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.7.4.1. O impedimento de que trata o acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.7.9. Pessoas físicas, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso, encontrando-se devidamente consignado no Termo de Referência (Anexo II).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica.

4.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

4.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.

4.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica.

4.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

4.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores.

4.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo

ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional.

5.1.2. Marca.

5.1.3. Fabricante.

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante deverá apresentar proposta contemplando a totalidade do quantitativo do item, sendo vedada a oferta em quantitativo inferior.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo II), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência (Anexo II).

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso

a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos

valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto produzido por:

6.20.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo.

6.20.2. Empresas brasileiras.

6.20.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.20.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata e dos demais impedimentos previstos no item 2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação na licitação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf.

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro poderá verificar se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis.

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

7.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

7.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

7.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado

para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor demandante.

7.15. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.16. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação.

8. DA FASE DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Em relação ao consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio idôneo que assegure a veracidade das informações.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura de Fernandópolis, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

8.12.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

8.12.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço eletrônico constante neste Edital.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura de Fernandópolis para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR).

b) Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente.

c) Outro meio eletrônico.

12.4. O Aceite do Pedido de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

12.4.1. Referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital.

12.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.5. Os prazos dos itens 12.2 e 12.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato.

13.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

13.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

13.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

13.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa.

13.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

13.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

13.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

13.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura de Fernandópolis, as sanções administrativas previstas no ITEM 13.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à

subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.
- c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.
- d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação ao Edital e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, exclusivamente por intermédio da plataforma indicada no preâmbulo deste Edital.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



15.10. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis, no endereço: <https://www.fernandopolis.sp.gov.br/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO.

Fernandópolis-SP, 23 de junho de 2026.

JOAO PAULO SALES CANTARELLA
Prefeito Municipal de Fernandópolis



ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar visa fundamentar a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, compreendendo carcaças, peças anatômicas e demais resíduos de origem animal sob responsabilidade do Centro de Controle de Zoonoses do Município de Fernandópolis/SP, em conformidade com a legislação sanitária, ambiental e demais normas aplicáveis.

1.1. Problema a ser resolvido sob a perspectiva do Interesse Público

A necessidade da presente contratação decorre da indispensabilidade da continuidade dos serviços de gerenciamento dos resíduos sólidos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, gerados pelas atividades desenvolvidas pelo Centro de Controle de Zoonoses, considerando que tais resíduos possuem elevado potencial de risco sanitário, biológico e ambiental.

Atualmente, o Município necessita assegurar a adequada destinação desses resíduos mediante execução por empresa especializada, devidamente licenciada pelos órgãos ambientais e sanitários competentes, observando as exigências da RDC ANVISA nº 222/2018, Resoluções CONAMA, normas ambientais estaduais e demais legislações pertinentes.

A ausência da contratação ou eventual descontinuidade da prestação dos serviços representa risco real e iminente à saúde pública, ao meio ambiente e à regularidade das atividades desempenhadas pelo Centro de Controle de Zoonoses, podendo ocasionar:

- Acúmulo inadequado de resíduos biológicos;
- Contaminação ambiental;
- Proliferação de agentes patogênicos;
- Riscos sanitários à população e aos servidores;
- Responsabilização administrativa, ambiental e sanitária do município;
- Descumprimento das normas legais aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Além disso, considerando a natureza contínua das atividades executadas pelo Centro de Controle de Zoonoses, a adequada coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos constitui medida essencial para preservação da saúde coletiva, proteção ambiental e manutenção da regularidade dos serviços públicos de vigilância em saúde.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para garantir a continuidade dos serviços públicos relacionados ao controle de zoonoses, assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados e promover o atendimento do interesse público primário, mediante observância das normas sanitárias, ambientais e de saúde pública vigentes.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se devidamente prevista e cadastrada no Plano de Contratações Anual (PCA), aprovado para o exercício 2026. A previsão do serviço no PCA pode ser consultada no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis (SP) no seguinte endereço: <https://www.fernandopolis.sp.gov.br/licitacao/plano-de-contratacao-anual> (Item nº 113 do cronograma).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras

Em atenção ao dever de padronização e otimização das especificações técnicas, a contratação observará o Catálogo Eletrônico de Padronização de Serviços do Poder Executivo Federal, disponibilizado e gerenciado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

O objeto da contratação encontra-se vinculado ao CATSER nº 19380, observadas as especificações técnicas, quantitativos estimados e unidade de medida em quilograma (kg) constantes na tabela do Tópico 6.1 deste Estudo Técnico Preliminar.

3.2. Natureza do Serviço

Certifica-se que o objeto da presente contratação se caracteriza como serviço comum, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, mediante critérios técnicos claramente estabelecidos no Termo de Referência.

Os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde do Grupo A2 são amplamente executados no mercado por empresas especializadas e regularmente licenciadas pelos órgãos ambientais e sanitários competentes, sendo rotineiramente contratados por órgãos e entidades da Administração Pública.

Dessa forma, o objeto não demanda solução inédita, desenvolvimento intelectual específico ou metodologia singular que caracterize serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, tratando-se, portanto, de serviço comum passível de contratação mediante critérios objetivos de julgamento.

3.3. Justificativa de Terceirização

Certifica-se que os serviços objeto da presente contratação se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares às atribuições institucionais da Secretaria Municipal de Saúde e do Centro de Controle de Zoonoses, não integrando o núcleo essencial das competências finalísticas da Administração Pública Municipal.

A execução dos serviços demanda estrutura operacional especializada, mão de obra tecnicamente capacitada, veículos apropriados, licenciamento ambiental específico e tecnologias adequadas para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, requisitos estes que não integram a estrutura operacional ordinária do Município.

A terceirização da atividade mostra-se necessária e vantajosa, tendo em vista a complexidade técnica e os rigorosos requisitos sanitários e ambientais aplicáveis ao objeto, permitindo à Administração assegurar maior eficiência operacional, conformidade legal, mitigação de riscos ambientais e sanitários, bem como adequada destinação dos resíduos gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses.

Ressalta-se, ainda, que a contratação não implica transferência de atribuições típicas de poder público, planejamento estratégico, regulação, fiscalização ou tomada de decisão administrativa, limitando-se à execução material especializada dos serviços, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

3.4. Participação de Pessoas Físicas

Em observância aos princípios da isonomia, competitividade, eficiência e segurança da contratação pública, e considerando a natureza contínua e especializada do objeto, não será admitida a participação de pessoas físicas no presente processo de contratação.

A execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 exige estrutura operacional permanente, capacidade técnica especializada, disponibilidade logística, regular licenciamento ambiental e sanitário, mão de obra qualificada, veículos apropriados, bem como condições econômico-financeiras compatíveis com os riscos e obrigações inerentes à execução contratual.

Além disso, a natureza dos serviços demanda capacidade de resposta contínua, substituição imediata de recursos operacionais, manutenção da regularidade da prestação dos serviços e atendimento integral às exigências legais e regulatórias aplicáveis, circunstâncias que pressupõem organização empresarial estruturada e compatível com a complexidade operacional do objeto.

A admissão de pessoas físicas poderia comprometer a continuidade, a segurança, a eficiência e a adequada execução contratual, elevando os riscos de descontinuidade da prestação dos serviços, inadimplemento contratual e descumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes.

Dessa forma, a restrição à participação de pessoas físicas mostra-se medida necessária, proporcional e tecnicamente justificada, visando assegurar a adequada execução do objeto, a mitigação de riscos administrativos, ambientais e sanitários, bem como a preservação do interesse público envolvido na contratação.

3.5. Tratamento Jurídico Diferenciado Previsto na Lei Complementar nº 123/06

Considerando que o valor total estimado da presente contratação ultrapassa o limite legal para realização de licitação exclusiva destinada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a Administração avaliou a possibilidade de aplicação da reserva de cota de até 25% do objeto. Contudo, concluiu-se pela não aplicação da reserva de cota, em razão da inviabilidade técnica e econômica decorrente da natureza integrada e indivisível do objeto.

Os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 constituem solução operacional única e contínua, cuja execução demanda gerenciamento integrado, responsabilidade técnica

centralizada, rastreabilidade dos resíduos, controle sanitário e logística coordenada durante toda a execução contratual.

O objeto foi estruturado em escopo único e integrado, de modo que sua fragmentação em cotas distintas comprometeria a uniformidade da execução, a eficiência operacional e a adequada gestão contratual, além de gerar perda de economia de escala e potenciais conflitos de interface e responsabilidade entre múltiplos executores.

Além disso, a divisão do objeto dificultaria a fiscalização administrativa, sanitária e ambiental dos serviços, elevando os riscos de falhas operacionais, descontinuidade da execução e comprometimento da cadeia de responsabilidade necessária ao correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.

Verificou-se, ainda, que a fragmentação do objeto poderia comprometer a continuidade, a segurança sanitária e a eficiência da prestação dos serviços, considerando a necessidade de execução coordenada e integrada das etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Dessa forma, a não adoção da reserva de cota mostra-se tecnicamente justificada, proporcional e compatível com o interesse público envolvido na contratação, preservando a eficiência, a segurança operacional e a adequada execução do objeto contratado.

3.6. Vistoria

A realização de vistoria prévia não será exigida como condição para participação no certame, tendo em vista que as informações técnicas e operacionais necessárias à adequada formulação das propostas serão suficientemente disponibilizadas no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

Verificou-se que a natureza do objeto não demanda conhecimento presencial prévio das instalações municipais para fins de execução contratual, uma vez que os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 possuem características padronizadas e rotineiramente executadas por empresas especializadas do segmento.

As especificações técnicas, quantitativos estimados, obrigações operacionais, requisitos sanitários e condições de execução serão descritos de forma clara, objetiva e suficiente no instrumento convocatório, permitindo aos licitantes a elaboração adequada de suas propostas sem necessidade de vistoria obrigatória.

Além disso, a exigência de vistoria prévia obrigatória poderia representar restrição indevida à competitividade, especialmente considerando que o objeto não envolve intervenções complexas em instalações específicas, execução de obras ou condições operacionais extraordinárias que justifiquem a medida.

Dessa forma, conclui-se que a dispensa de vistoria obrigatória não compromete a segurança da contratação, a exequibilidade das propostas ou a adequada compreensão das condições de execução do objeto, preservando-se os princípios da competitividade, razoabilidade e ampla participação de interessados.

3.7. Exigência de Instalação de Escritório na Localidade

Para a presente contratação não será exigida a instalação de escritório, filial ou base operacional no Município de Fernandópolis/SP como condição de participação no certame. A natureza dos serviços permite sua adequada execução por empresas sediadas em outras localidades, desde que possuam capacidade técnica, operacional, logística e licenciamento compatíveis com as exigências da contratação, não havendo necessidade de atendimento presencial contínuo no município.

A exigência de instalação local poderia restringir indevidamente a competitividade do certame, em afronta aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

Ressalta-se que a futura contratada deverá garantir o pleno atendimento das obrigações contratuais, prazos, rotinas operacionais e exigências sanitárias e ambientais previstas no Termo de Referência, independentemente de sua localização geográfica.

3.8. Garantia do Serviço

A contratada deverá assegurar a adequada execução dos serviços durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se, sem ônus adicional para a Administração, pela correção de quaisquer falhas, inadequações, irregularidades ou desconformidades verificadas na prestação dos serviços.

Os serviços executados deverão observar padrões adequados de qualidade, segurança, regularidade operacional e conformidade técnica, em observância às exigências legais, sanitárias, ambientais e operacionais aplicáveis ao objeto contratado.

Sem prejuízo das responsabilidades contratuais, civis, sanitárias e ambientais aplicáveis, a contratada responderá pela adequada execução dos serviços prestados, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Considerando a natureza contínua do objeto e os mecanismos de fiscalização contratual, aplicação de sanções administrativas, atesto dos serviços e exigências operacionais previstas no Termo de Referência, não se verifica necessidade técnica ou econômica para exigência de garantia contratual adicional específica para o presente objeto.

3.9. Garantia da Contratação

Não será exigida garantia de execução contratual, considerando que a natureza do objeto, aliada aos mecanismos de fiscalização, aplicação de sanções administrativas, multas e glosas contratuais, mostra-se suficiente para resguardar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

A medida também visa preservar a competitividade do certame e evitar custos adicionais desnecessários aos licitantes, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

3.10. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação integral do objeto, em razão da natureza contínua, integrada e operacionalmente indivisível dos serviços contratados, bem como da necessidade de controle direto e centralizado da execução contratual pela Administração Pública.

A vedação tem por finalidade assegurar a adequada rastreabilidade dos resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, a uniformidade da execução operacional, a centralização da responsabilidade técnica e administrativa, bem como o efetivo controle sanitário, ambiental e operacional das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

Considerando os riscos sanitários, biológicos e ambientais inerentes ao objeto, a fragmentação da execução contratual por meio de subcontratação poderia comprometer a cadeia de custódia dos resíduos, dificultar a fiscalização contratual, ampliar riscos de falhas operacionais e prejudicar a correta identificação das responsabilidades relacionadas à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações legais, sanitárias e ambientais aplicáveis.

A medida busca, ainda, preservar a eficiência da execução contratual, a segurança operacional, a continuidade dos serviços e a adequada responsabilização da futura contratada perante a Administração e os órgãos de controle.

Admite-se, excepcionalmente, a utilização de unidade terceirizada devidamente licenciada pelos órgãos competentes para realização do tratamento e/ou destinação final dos resíduos, quando operacionalmente necessário, permanecendo integral e exclusiva responsabilidade da contratada principal pela execução contratual, rastreabilidade dos resíduos, regularidade sanitária e ambiental dos serviços prestados e cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato e na legislação aplicável.

3.11. Vigência Contratual e Prorrogações

A vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço.

Por se tratar de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra, admite-se a prorrogação sucessiva da contratação, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que:

- haja previsão no edital e no contrato;
- seja demonstrada a vantajosidade para a Administração;
- exista disponibilidade orçamentária;
- o desempenho da contratada seja considerado satisfatório pela fiscalização contratual;
- sejam mantidas as condições de habilitação e execução contratual.

A possibilidade de prorrogação decorre da natureza contínua, essencial e permanente dos serviços objeto da contratação, cuja interrupção pode ocasionar riscos sanitários, ambientais e prejuízos à saúde pública.

As eventuais prorrogações dependerão de justificativa formal da Administração quanto ao interesse público, regularidade da execução contratual e manutenção das condições mais vantajosas para a Administração, sendo formalizadas mediante termo aditivo.

3.12. Controle de Pesagem e Comprovação da Execução dos Serviços

A contratada será integralmente responsável pela realização da pesagem dos resíduos no momento de cada coleta, devendo disponibilizar, às suas expensas, balança devidamente aferida, bem como arcar com todos os custos relacionados aos equipamentos, manutenção, calibração, operação e demais procedimentos necessários à correta aferição dos quantitativos coletados.

Após cada retirada, a contratada deverá obrigatoriamente fornecer comprovante de coleta e pesagem contendo, no mínimo, a data da coleta, identificação do local atendido, peso aferido dos resíduos coletados e identificação do responsável pela retirada, devendo uma via permanecer com o setor demandante para fins de controle, fiscalização, acompanhamento contratual e realização do ateste dos serviços executados.

O procedimento de pesagem e emissão dos comprovantes constitui obrigação da contratada e tem por finalidade assegurar a adequada rastreabilidade dos resíduos, transparência na execução contratual, controle administrativo e conferência dos quantitativos efetivamente coletados, transportados e destinados.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação foi definida com base no histórico de geração de resíduos sólidos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 produzidos pelo Centro de Controle de Zoonoses durante o período estimado de 12 (doze) meses de execução contratual.

Considerando a demanda operacional identificada, estimou-se a necessidade de contratação de 20.000 (vinte mil) quilogramas de resíduos durante o período contratual, conforme especificações técnicas, unidade de medida e demais informações constantes na tabela do Tópico 6.1 deste Estudo Técnico Preliminar.

4.1. Certificação e Metodologia de Cálculo

Certifica-se que o quantitativo estimado para a presente contratação foi definido com base em metodologia compatível com a necessidade real da Administração, considerando a demanda contínua de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses.

A estimativa foi apurada mediante análise do histórico de geração de resíduos, da necessidade de cobertura contínua do serviço durante o período contratual e da projeção de demanda operacional para o período de 12 (doze) meses, observando-se critérios técnicos de razoabilidade, proporcionalidade e continuidade do serviço público.

4.2. Detalhamento e Memória de Cálculo

O quantitativo estimado encontra-se devidamente justificado com base na memória de cálculo elaborada neste Estudo Técnico Preliminar, considerando o histórico de consumo e a necessidade contínua de execução dos serviços durante toda a vigência contratual.

A contratação foi dimensionada para atender à demanda estimada de geração de resíduos sólidos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 produzidos pelo Centro de Controle de Zoonoses ao longo de 12 (doze) meses, garantindo a continuidade da coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

A unidade de medida adotada foi o quilograma (kg), por representar a forma mais adequada, objetiva e usual de mensuração dos serviços relacionados ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Caberá à futura contratada o integral dimensionamento e disponibilização de todos os recursos necessários à execução contratual, incluindo mão de obra, veículos, equipamentos, insumos, licenças e demais estruturas operacionais indispensáveis à adequada prestação dos serviços, sem ingerência da Administração na organização interna da execução.

Dessa forma, conclui-se que o quantitativo estimado mostra-se compatível com a necessidade administrativa identificada, assegurando a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços pretendidos.

4.3. Análise de Interdependência e Economia de Escala

A definição do quantitativo considerou a demanda consolidada dos resíduos gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses durante o período estimado da contratação, permitindo maior eficiência operacional e economicidade na execução dos serviços.

A contratação em escopo único e integrado favorece a obtenção de economia de escala, proporcionando melhor aproveitamento logístico, operacional e administrativo dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2.

Além disso, a solução proposta não gerará duplicidade de esforços, sobreposição de atividades ou conflito com contratos vigentes, tampouco substituição de atribuições típicas de servidores públicos, limitando-se à execução material especializada

necessária ao adequado gerenciamento dos resíduos gerados pela Administração Municipal.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Análise das Alternativas Possíveis

Para atendimento da necessidade administrativa, foram analisadas as seguintes alternativas:

- **Alternativa 1 – Execução Direta pela Administração:** realização dos serviços mediante utilização de estrutura e servidores próprios do Município;
- **Alternativa 2 – Contratação de Serviço Comum sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra:** contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos;
- **Alternativa 3 – Contratação com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra:** contratação de empresa com disponibilização exclusiva de pessoal para execução das atividades.

5.2. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

A execução direta pela Administração mostrou-se inviável, considerando que os serviços demandam estrutura operacional especializada, veículos apropriados, licenciamento ambiental e sanitário, mão de obra qualificada e tecnologias específicas para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2.

A alternativa de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra também não se mostra adequada ao objeto, uma vez que a necessidade administrativa está vinculada ao resultado da prestação dos serviços, e não à disponibilização ou gestão direta de profissionais pela Administração.

Além disso, a adoção de dedicação exclusiva geraria ônus administrativo desnecessário relacionado ao controle de folha de pagamento, assiduidade e encargos trabalhistas, sem benefício proporcional à execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de serviço comum sem dedicação exclusiva de mão de obra representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa, por permitir:

1. foco na efetiva prestação dos serviços e no resultado contratado;
2. maior eficiência operacional na execução;
3. liberdade de organização interna da contratada;
4. simplificação da fiscalização contratual;
5. redução de custos administrativos para a Administração.

5.3. Avaliação da Competitividade do Mercado

O mercado relacionado à prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde é considerado competitivo, existindo empresas especializadas aptas à execução do objeto, devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais e sanitários competentes.

Trata-se de serviço comum, com especificações usuais de mercado e amplamente executado na Administração Pública, circunstância que favorece a ampla competitividade, a participação de interessados e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O VALOR ESTIMADO TOTAL desta Contratação, para o período de 12 (doze) meses, é de R\$ 461.400,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e quatrocentos reais), conforme Pesquisa de Preço (Apêndice I).

6.1. Detalhamento dos Valores

A estimativa da contratação foi elaborada com base nos quantitativos estimados para execução dos serviços durante o período de 12 (doze) meses, considerando os preços unitários obtidos por meio de pesquisa de mercado. O valor estimado contempla todos os custos necessários à completa execução do objeto, incluindo mão de obra, veículos, equipamentos, insumos, transporte, tratamento, destinação final, tributos, encargos, licenças, despesas operacionais, custos indiretos e margem de lucro da contratada.

O detalhamento dos quantitativos e valores estimados encontra-se demonstrado na tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE "GRUPO A2". PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE CLASSIFICADOS NO GRUPO A2, COMPREENDENDO CARCAÇAS, PEÇAS ANATÔMICAS E DEMAIS RESÍDUOS DE ORIGEM ANIMAL GERADOS PELO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA, AMBIENTAL E NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.	19380	KG	20.000	R\$ 23,07	R\$ 461.400,00

6.2. Metodologia da Pesquisa e Fontes

A estimativa de valor da contratação foi elaborada em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e demais normas aplicáveis.

A composição do valor estimado considerou preços praticados no mercado para a execução completa dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à adequada execução contratual.

Para formação da estimativa foram utilizadas as seguintes fontes de pesquisa:

1. Preços obtidos junto ao Compras.gov.br;
2. Propostas comerciais e orçamentos fornecidos por empresas do ramo.

A metodologia adotada considerou análise estatística dos valores coletados, especialmente coeficiente de variação e medidas de tendência central, visando assegurar maior aderência aos preços efetivamente praticados no mercado e mitigação de riscos de sobrepreço.

Todas as informações utilizadas na composição da estimativa encontram-se devidamente registradas no Apêndice I, contendo a memória de cálculo completa, documentos comprobatórios e respectivas fontes consultadas.

6.3. Sigilo da Informação

Certifica-se que a estimativa do valor da contratação não possui caráter sigiloso, podendo ser divulgada no edital e nos demais documentos da fase externa do procedimento licitatório.

A Administração entende que a divulgação do valor estimado não compromete a competitividade do certame nem prejudica a obtenção da proposta mais vantajosa, observando-se os princípios da transparência, publicidade e controle previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada para prestação contínua dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, compreendendo carcaças, peças anatômicas e demais resíduos de origem animal gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses.

A contratação será realizada sob regime de prestação de serviço comum sem dedicação exclusiva de mão de obra, com foco na entrega do resultado final contratado, contemplando a execução integrada de todas as etapas operacionais necessárias ao adequado gerenciamento dos resíduos.

A solução foi definida após análise das alternativas disponíveis no mercado, demonstrando-se a mais adequada sob os aspectos da eficiência operacional, continuidade do serviço, especialização técnica, conformidade sanitária e ambiental, economicidade e racionalização da fiscalização contratual.

A contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra mostra-se mais vantajosa ao objeto, considerando que o interesse da Administração está voltado à adequada

execução dos serviços e ao cumprimento dos resultados esperados, e não ao gerenciamento direto da força de trabalho da contratada.

A solução permitirá que a contratada utilize sua própria estrutura operacional, metodologia executiva, veículos, equipamentos, mão de obra especializada, licenças e processos internos necessários à adequada execução contratual, observando os padrões de qualidade, segurança sanitária, rastreabilidade e desempenho exigidos pela Administração.

A contratação contempla solução integrada apta a assegurar a continuidade da prestação dos serviços, a adequada destinação ambiental dos resíduos, o atendimento às exigências legais e regulatórias aplicáveis e a mitigação de riscos sanitários e ambientais relacionados ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.

As condições específicas de execução contratual, incluindo rotinas operacionais, periodicidade das coletas, controle de pesagem, critérios de medição, fiscalização, recebimento, pagamento, aplicação de sanções, glosas e demais obrigações executórias serão detalhadas no Termo de Referência.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada em item único, nos termos do art. 47, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza integrada, contínua e operacionalmente indivisível dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2.

A análise técnica realizada demonstrou que o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável, uma vez que a divisão da execução entre múltiplos contratados poderia comprometer a rastreabilidade dos resíduos, a continuidade operacional, o controle sanitário e ambiental, bem como a adequada definição das responsabilidades relacionadas à execução contratual.

Verificou-se, ainda, que a execução integrada dos serviços proporciona maior eficiência operacional, padronização dos procedimentos, centralização da responsabilidade técnica e melhor fiscalização contratual, além de favorecer a obtenção de economia de escala na logística de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

Além disso, a fragmentação do objeto poderia gerar conflitos operacionais, aumento da complexidade administrativa, sobreposição de responsabilidades e riscos à adequada

execução dos serviços, circunstâncias incompatíveis com a necessidade de gerenciamento contínuo e integrado dos resíduos de serviços de saúde.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em item único representa a solução mais adequada ao interesse público, preservando a eficiência, economicidade, segurança operacional e adequada execução do objeto contratado.

9. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Garantia de Participação (Garantia de Proposta)

Para a presente contratação não será exigida garantia de participação (garantia de proposta), conforme faculdade prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A decisão fundamenta-se na busca pela ampliação da competitividade do certame, incentivando a participação do maior número possível de licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, evitando a imposição de ônus financeiro e operacional desnecessário aos participantes.

Além disso, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e os mecanismos de habilitação, fiscalização e aplicação de sanções previstos na legislação e no futuro instrumento contratual, entende-se que a não exigência da garantia de proposta não compromete a segurança, regularidade ou competitividade da contratação.

9.2. Exigências de Regularidade Sanitária e Ambiental

Para fins de habilitação, será exigida a apresentação de Licença Sanitária válida e das licenças ambientais aplicáveis à execução do objeto, emitidas pelos órgãos competentes, inclusive CETESB, quando cabível, compatíveis com as atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

A licitante deverá comprovar regularidade operacional compatível com o objeto contratado, observando a legislação sanitária, ambiental e operacional aplicável, especialmente as normas da ANVISA, CONAMA, ABNT e demais regulamentações relacionadas ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

As exigências visam assegurar que a futura contratada possua capacidade técnica, regularidade sanitária e conformidade ambiental compatíveis com os riscos inerentes à execução do objeto contratado.

9.3. Exigência de Prova de Conceito

Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA PROVA DE CONCEITO, uma vez que a Qualificação Técnica exigida do licitante e as especificações de resultado que constarão no Termo de Referência (TR) já são suficientes para garantir a capacidade de execução do serviço.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação está alinhada aos objetivos da Administração Municipal relacionados à proteção da saúde pública, preservação ambiental, continuidade dos serviços públicos e adequada gestão dos resíduos de serviços de saúde gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses.

A solução contratada busca assegurar a execução contínua, segura e ambientalmente adequada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos classificados no Grupo A2, observando as normas sanitárias, ambientais e operacionais aplicáveis.

10.1. Benefícios em Termos de Economicidade e Eficiência

A contratação de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra apresenta-se como solução mais eficiente e economicamente vantajosa para a Administração, considerando a natureza operacional e especializada do objeto.

Dentre os principais resultados pretendidos, destacam-se:

- **Eficiência Operacional:** execução integrada e contínua dos serviços por empresa especializada, com utilização de estrutura, logística, equipamentos e mão de obra próprios;
- **Transferência da Responsabilidade Operacional:** a contratada assumirá integral responsabilidade pela execução dos serviços, incluindo disponibilização de veículos, equipamentos, insumos, mão de obra, licenças e demais recursos necessários;
- **Foco na Fiscalização do Resultado:** a Administração concentrará sua atuação no acompanhamento da qualidade, regularidade e conformidade da prestação dos serviços, sem ingerência na gestão interna da contratada;

- **Economicidade:** contratação baseada em solução completa e integrada, favorecendo economia de escala, racionalização administrativa e redução de custos operacionais indiretos;
- **Segurança Sanitária e Ambiental:** adequada destinação dos resíduos de serviços de saúde, mitigando riscos ambientais, sanitários e administrativos;
- **Otimização da Estrutura Administrativa:** liberação dos servidores municipais para atuação nas atividades finalísticas da Administração e da Vigilância em Saúde, evitando sobrecarga operacional interna.

Dessa forma, a contratação pretende assegurar maior eficiência na prestação dos serviços, continuidade operacional, conformidade legal e melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As providências abaixo serão adotadas pela Administração Municipal de Fernandópolis durante a fase de planejamento e antes da celebração do contrato.

11.1. Designação e Acesso do Gestor e Fiscal do Contrato

Durante a fase de planejamento, o processo será formalizado e instruído para a designação do Gestor e do(s) Fiscal(is) do Contrato.

A designação ocorrerá ainda durante a fase de planejamento, antes da finalização do Termo de Referência (TR), assegurando que os servidores responsáveis tenham acesso integral ao ETP com antecedência para uma fiscalização mais eficiente.

11.2. Capacitação e Orientação para Fiscalização e Gestão Contratual

O Departamento de Contratos, por dispor de estrutura e capacidade técnica internas, será responsável pela orientação e, se necessário, pela capacitação específica dos servidores designados.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação foi analisada em relação aos contratos e processos administrativos vigentes no âmbito da Prefeitura Municipal de Fernandópolis, visando verificar eventual interdependência técnica, operacional ou risco de fracionamento indevido de despesa.

12.1. Verificação de Interdependência

Atualmente existe contratação vigente relacionada ao objeto, destinada à prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2.

Entretanto, a presente contratação decorre da necessidade de continuidade dos serviços, considerando a proximidade do encerramento da vigência contratual atualmente existente, não havendo sobreposição indevida de objetos ou duplicidade de contratação.

A nova contratação possui caráter sucessório e visa assegurar a continuidade da prestação dos serviços essenciais relacionados ao gerenciamento dos resíduos gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses, evitando descontinuidade operacional, riscos sanitários e prejuízos ao interesse público.

12.2. Análise de Correlacionamento e Não Fracionamento

A definição do objeto e da forma de contratação observou os princípios do planejamento, economicidade e vedação ao fracionamento indevido de despesa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação em item único, conforme justificado no Tópico 8 deste Estudo Técnico Preliminar, decorre da natureza integrada e operacionalmente indivisível dos serviços, não configurando fracionamento ilegal do objeto.

Embora exista contratação anterior correlata ao objeto, a presente contratação não caracteriza divisão artificial de despesa, mas sim procedimento destinado à continuidade regular e planejada dos serviços após o término da vigência contratual atual.

A futura contratada será integralmente responsável pela disponibilização de todos os recursos, veículos, equipamentos, mão de obra, insumos, licenças e demais meios necessários à adequada execução dos serviços contratados.

13 - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A presente contratação visa incorporar critérios de sustentabilidade e assegurar a mitigação dos impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados

no Grupo A2, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, legislação ambiental aplicável e normas sanitárias vigentes.

Considerando a natureza do objeto, os principais impactos ambientais potenciais estão relacionados ao manejo inadequado dos resíduos, risco de contaminação ambiental, emissão de poluentes e destinação irregular de resíduos de origem biológica.

Como medidas mitigadoras, a futura contratada deverá:

- executar os serviços em conformidade com a legislação ambiental, sanitária e operacional aplicável;
- possuir todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício das atividades contratadas;
- realizar o transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos;
- adotar procedimentos de controle, rastreabilidade e segurança operacional durante toda a execução contratual;
- promover destinação final em unidades devidamente licenciadas pelos órgãos competentes;
- observar as normas da ANVISA, CONAMA, ABNT e demais regulamentações aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

As medidas adotadas visam minimizar riscos ambientais, prevenir contaminações, assegurar a adequada destinação dos resíduos e garantir conformidade com os princípios da sustentabilidade e proteção ao meio ambiente.

14. ANÁLISE DE RISCO

Considerando a natureza contínua dos serviços e os riscos sanitários e ambientais inerentes ao objeto, realizou-se análise dos principais riscos relacionados ao planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão contratual, visando adoção de medidas preventivas e mitigadoras capazes de assegurar a continuidade, regularidade e adequada execução dos serviços.

14.1. Riscos Relacionados ao Planejamento da Contratação

Identificou-se como risco potencial a elaboração inadequada da estimativa de quantitativos, o que poderia ocasionar insuficiência contratual, necessidade frequente de aditivos ou comprometimento da continuidade dos serviços.

Para mitigação do risco, a Administração utilizou histórico de consumo, análise da demanda operacional do Centro de Controle de Zoonoses e projeção da geração de resíduos durante o período estimado da contratação, observando critérios técnicos de razoabilidade e proporcionalidade.

Também foi identificado o risco de incompatibilidade entre a pesquisa de preços e os valores efetivamente praticados no mercado, podendo resultar em sobrepreço ou fracasso do certame.

Como medida preventiva, a pesquisa de preços foi realizada mediante utilização de múltiplas fontes, incluindo contratações públicas similares, pesquisa junto ao mercado fornecedor e análise estatística dos valores obtidos, observando os parâmetros da Lei Federal nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021.

14.2. Riscos Relacionados à Seleção do Fornecedor

Verificou-se como principal risco a eventual contratação de empresa sem capacidade técnica, operacional, ambiental ou sanitária compatível com a complexidade do objeto, circunstância que poderia comprometer a continuidade e a segurança da execução contratual.

Para mitigação desse risco, serão exigidos documentos de habilitação técnica, sanitária e operacional compatíveis com o objeto, incluindo atestados de capacidade técnica, licenças e demais requisitos necessários à comprovação da aptidão da futura contratada.

Também foi considerado o risco de apresentação de documentação irregular ou insuficiente durante a fase de habilitação, o que poderá ocasionar atrasos no procedimento licitatório.

Como medida preventiva, será realizada análise documental detalhada pela Comissão de Contratação, com possibilidade de diligências, observando-se os princípios da legalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

14.3. Riscos Relacionados à Gestão do Contrato

Durante a execução contratual, identificou-se como risco relevante a eventual interrupção da coleta, transporte, tratamento ou destinação final dos resíduos, situação que poderá gerar acúmulo inadequado de resíduos biológicos, riscos à saúde pública e impactos ambientais.

Como medidas mitigadoras, a Administração realizará fiscalização contínua da execução contratual, acompanhamento das rotinas operacionais, controle dos comprovantes de coleta e pesagem, além da aplicação das sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

Outro risco identificado refere-se à destinação inadequada dos resíduos ou ao descumprimento das normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

Para mitigação, a contratada deverá manter licenças válidas, garantir rastreabilidade dos resíduos, apresentar comprovantes de destinação final e cumprir integralmente a legislação ambiental, sanitária e operacional aplicável ao objeto.

As medidas previstas visam assegurar continuidade operacional, conformidade legal, proteção ambiental, segurança sanitária e adequada execução dos serviços contratados.

15. CONCLUSÃO

Após análise detalhada da necessidade administrativa, dos requisitos técnicos, das alternativas de mercado, da viabilidade operacional e dos aspectos legais aplicáveis, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 constitui a solução mais adequada para atendimento da demanda do Município de Fernandópolis/SP.

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que:

1. **A necessidade está claramente definida** (Tópico 1) e alinhada ao planejamento estratégico do Município de Fernandópolis (Tópico 2).
2. **O objeto é um serviço comum**, com foco no resultado final e com especificações padronizadas (Tópico 3), garantindo a ampla competitividade do certame.

3. **A Contratação de Serviço Sem Dedicção Exclusiva** (Alternativa 2) é a opção mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, com o mercado fornecedor sendo plenamente competitivo (Tópico 5).
4. **As quantidades foram estimadas** com base na unidade de quilograma (kg) conforme metodologia descrita no Tópico 4, e o valor está devidamente justificado por pesquisa de preços de mercado (Tópico 6), buscando a economicidade.
5. **A solução** escolhida demonstra-se adequada ao atendimento da necessidade administrativa, especialmente quanto à continuidade operacional, à eficiência da contratação por resultado, à especialização técnica e à racionalização da gestão contratual pela Administração Municipal (Tópico 7).
6. **As justificativas para o Parcelamento em Item Único** encontram-se tecnicamente fundamentadas (Tópico 8), em razão da natureza integrada e operacionalmente indivisível dos serviços;
7. **Os Requisitos de Habilitação foram definidos** de forma autônoma (Tópico 9), garantindo a correta triagem dos licitantes sem confundir-se com as obrigações contratuais.
8. **Os resultados pretendidos** (Tópico 10) **demonstram a eficácia** na transferência da responsabilidade operacional e na obtenção do desempenho esperado com a contratação.
9. **As Providências Prévias** (Tópico 11) **foram definidas**, incluindo a designação do Gestor e Fiscal na fase de planejamento e o treinamento para fiscalização.
10. **A contratação não possui interdependência técnica** que comprometa sua execução (Tópico 12).
11. **Foram observadas as regras de sustentabilidade** e medidas mitigadoras de impactos ambientais (Tópico 13).
12. **A Análise de Risco** (Tópico 14) demonstra que a Administração mapeou os pontos críticos de continuidade e definiu as ações preventivas para evitar a paralisação do serviço público.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional, econômica e legal da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento da fase interna do procedimento, com elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à futura contratação.



Fernandópolis-SP, 19 de maio de 2026.

Vitor Ugo França Durval
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Victor Garcia Stefani
Médico Veterinário
Responsável Técnico Vigilância Ambiental em Saúde



APÊNDICE I DO ETP - FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

I – DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, compreendendo carcaças, peças anatômicas e demais resíduos de origem animal gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses do Município de Fernandópolis/SP, em conformidade com a legislação sanitária, ambiental e normas técnicas aplicáveis.

II – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

Para a obtenção do valor estimado da contratação, foram utilizados parâmetros técnicos que garantem a ampla pesquisa e a atualidade dos preços, empregados de forma combinada ou não, conforme as seguintes fontes:

A composição da estimativa considerou, de forma combinada, as seguintes fontes:

- **Sistemas Oficiais de Governo:** foram utilizadas referências obtidas por meio de contratações públicas disponíveis em sistemas oficiais, incluindo Compras.gov.br e demais bases públicas de preços, observando-se a compatibilidade do objeto, quantitativos, período da contratação e metodologia estatística aplicável;
- **Pesquisa Direta com Fornecedor:** foi realizada solicitação formal de cotação junto a empresa do ramo compatível com o objeto contratado, considerando orçamento válido e atualizado, emitido em período compatível com a futura divulgação do certame.

As fontes consultadas, documentos comprobatórios, memória de cálculo, metodologia aplicada e demais informações relacionadas à composição da estimativa encontram-se devidamente registradas no processo administrativo e no respectivo relatório de pesquisa de preços.

III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS E ANÁLISE CRÍTICA

A série de preços brutos analisados encontra-se detalhada na Tabela de Coleta de Preços anexa.



- **Análise Crítica:** Os valores obtidos foram submetidos à análise crítica, visando verificar a compatibilidade com os preços praticados no mercado, a adequação dos quantitativos pesquisados, a similaridade do objeto e a confiabilidade das fontes consultadas, especialmente nos casos de maior variação entre os valores coletados.
- **Justificativa para Desconsideração:** Foram desconsiderados, quando aplicável, valores tecnicamente identificados como inexequíveis, inconsistentes, incompatíveis com o objeto ou excessivamente elevados em relação ao comportamento predominante do mercado, mediante justificativa técnica devidamente registrada no processo administrativo.

IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO VALOR ESTIMADO

- **Método Matemático:** O valor estimado da contratação foi obtido mediante aplicação da MÉDIA aritmética dos preços válidos coletados, considerando que a pesquisa apresentou coeficiente de variação (CV) de 24,1760%, indicando dispersão estatística aceitável para utilização da média como parâmetro de consolidação dos preços, observadas as características e variações operacionais do mercado relacionado ao objeto contratado.
- **Conjunto de Preços:** O cálculo foi realizado com base em conjunto composto por 5 (cinco) preços válidos, obtidos por meio de contratações públicas e pesquisa direta com fornecedor do ramo.
- **Memória de Cálculo:** O detalhamento da memória de cálculo, documentos comprobatórios, fontes consultadas e metodologia aplicada integram os anexos do presente processo administrativo.

V – JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

Para as pesquisas diretas realizadas, a escolha da empresa CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 06.291.846/0001-04, justifica-se por sua atuação no ramo de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, possuindo experiência e capacidade operacional compatíveis com o objeto da contratação.

A escolha do fornecedor também considerou a compatibilidade técnica dos serviços ofertados, a aptidão operacional para execução do objeto e a apresentação de proposta formal válida e atualizada, apta a refletir as condições praticadas no mercado



relacionado ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2.

VI – CONCLUSÃO E VALOR ESTIMADO

O valor estimado para a contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 foi apurado conforme a metodologia, fontes de pesquisa e análise crítica descritas no presente documento, totalizando:

R\$ 461.400,00 (QUATROCENTOS E SESSENTA E UM MIL E QUATROCENTOS REAIS).

Certifica-se que o valor estimado encontra-se compatível com os preços praticados no mercado, tendo sido obtido mediante pesquisa realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 65/2021, observando critérios de razoabilidade, economicidade e aderência ao objeto contratado.

Certifica-se, ainda, que as especificações técnicas consideradas na composição da estimativa correspondem integralmente às necessidades identificadas no planejamento da contratação e às condições previstas no Estudo Técnico Preliminar e futuro Termo de Referência.

Fernandópolis-SP, 19 de maio de 2026.

Vitor Ugo França Durval
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS
SETOR DE COMPRAS
Rua Porto Alegre, n.º 350 – Jardim Santa Rita
FERNANDÓPOLIS – SP

(Objeto: Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde do grupo A2 - dos animais do centro de zoonoses).

- **ITEM 1 – Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde do grupo A2: R\$ 22,90 (vinte e dois reais e noventa centavos) por quilograma.**

O preço mensal estimado, conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA em anexo, é de **R\$ 38.166,67** (trinta e oito mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

O preço total estimado para o período de 12 (doze) meses, conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA em anexo é de **R\$ 458.000,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil reais).**

Os pagamentos serão efetuados através de medições mensais das quantidades dos serviços efetivamente realizados, utilizando-se o preço unitário apresentado na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA em anexo.

O prazo de validade da proposta é de 30 (trinta) dias contados desta data.

As condições indicadas nesta proposta são válidas para o período mínimo de 12 (doze) meses de operação dos serviços.

CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

RG nº. 16.100.615-2-SSP-SP

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS
SETOR DE COMPRAS
Rua Porto Alegre, n.º 350 – Jardim Santa Rita
FERNANDÓPOLIS – SP

Ref.: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

(Objeto: Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde do grupo A2 - dos animais do centro de zoonoses).

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada (12 Meses)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Estimado (R\$)
1	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde do grupo A2.	Kg.	20.000,00	22,90	458.000,00
TOTAL ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES (R\$)					458.000,00
TOTAL MENSAL ESTIMADO (R\$)					38.166,67

São Paulo, 14 de maio de 2026.

Atenciosamente,

CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Denner Fernandes Beato
Engenheiro Civil
CREA nº. 0685065468
RG nº. 16.100.615-2-SSP-SP



MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

EE5D915AD1E24C9C93D985D7588416D4

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EE5D915AD1E24C9C93D985D7588416D4>





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDOPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

DE96E607197F4C77A7F0E3056E48DE54

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: VITOR UGO FRANCA DURVAL em 20/05/2026 15:44:08
CPF:***.***-.768-93
Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT
- ✓ Assinante: VICTOR GARCIA STEFANI em 20/05/2026 16:15:13
CPF:***.***-.578-76
Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/DE96E607197F4C77A7F0E3056E48DE54>



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

1.1. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, compreendendo carcaças, peças anatômicas e demais resíduos de origem animal sob responsabilidade do Centro de Controle de Zoonoses do Município de Fernandópolis/SP, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE “GRUPO A2”. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE CLASSIFICADOS NO GRUPO A2, COMPREENDENDO CARCAÇAS, PEÇAS ANATÔMICAS E DEMAIS RESÍDUOS DE ORIGEM ANIMAL GERADOS PELO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA, AMBIENTAL E NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.	19380	KG	20.000	R\$ 23,07	R\$ 461.400,00

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, constam nos autos do processo administrativo e no Estudo Técnico Preliminar que instrui a presente contratação.

Classificação do Objeto

1.3. Os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como serviços comuns, considerando que seus padrões de desempenho, qualidade e execução

podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente conhecidas e praticadas por empresas especializadas do ramo. Trata-se de serviço contínuo de natureza operacional, executado mediante rotinas padronizadas de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, não demandando solução técnica singular ou predominantemente intelectual.

Classificação do Objeto Quanto ao Modelo de Execução

1.4. A presente contratação enquadra-se como serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra, considerando que a execução contratual será orientada ao resultado esperado pela Administração, sem disponibilização exclusiva de profissionais ou subordinação direta da mão de obra à Administração Pública. Caberá à contratada a integral responsabilidade pela organização, gerenciamento e disponibilização dos recursos humanos, operacionais, logísticos, veículos, equipamentos, insumos e demais meios necessários à adequada execução dos serviços, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

Prazo de Vigência

1.5. O prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que demonstrados o interesse público e a vantajosidade para a Administração.

1.6. As eventuais prorrogações serão formalizadas mediante termo aditivo, condicionadas à manutenção das condições de habilitação e execução contratual, à existência de disponibilidade orçamentária, à regularidade da execução dos serviços e à comprovação de que a continuidade da contratação permanece mais vantajosa para a Administração.

1.7. A possibilidade de prorrogação decorre da natureza contínua, essencial e permanente dos serviços objeto da contratação, cuja interrupção pode ocasionar riscos sanitários, ambientais e prejuízos à saúde pública.

1.8. O contrato estabelecerá as demais condições relativas à vigência, execução, fiscalização e eventual prorrogação contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade administrativa identificada pela unidade requisitante, visando assegurar a continuidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses do Município de Fernandópolis/SP, conforme justificativas técnicas, estudos de demanda e quantitativos constantes nos autos do processo administrativo e detalhados no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. A presente contratação encontra-se devidamente prevista e cadastrada no Plano de Contratações Anual (PCA), aprovado para o exercício 2026. A previsão do serviço no PCA pode ser consultada no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis (SP) no seguinte endereço: <https://www.fernandopolis.sp.gov.br/licitacao/plano-de-contratacao-anual> (Item nº 113 do cronograma).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, compreendendo carcaças, peças anatômicas e demais resíduos de origem animal gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses do Município de Fernandópolis/SP, conforme especificações técnicas, quantitativos, condições e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

3.2. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, regular e permanente durante toda a vigência contratual, observando os padrões de qualidade, segurança sanitária, rastreabilidade, desempenho operacional, disponibilidade e conformidade ambiental exigidos pela Administração Pública e pela legislação aplicável.

3.3. A contratada será responsável pela disponibilização de todos os recursos necessários à adequada execução do objeto, incluindo mão de obra, veículos, recipientes, equipamentos, balanças, ferramentas, materiais, insumos, transporte, tratamento, destinação final licenciada e demais elementos indispensáveis à continuidade da prestação dos serviços.

3.4. A execução contratual deverá assegurar a manutenção ininterrupta do fluxo operacional dos serviços contratados, sem prejuízo às atividades desenvolvidas pelo Centro de Controle de Zoonoses e às ações de controle sanitário realizadas pelo Município.

3.5. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas, sanitárias, ambientais, operacionais e de segurança aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, observadas as exigências dos órgãos competentes e demais disposições pertinentes ao objeto contratado.

3.6. A solução compreenderá todas as etapas necessárias à plena execução do objeto, incluindo coleta, acondicionamento, transporte, pesagem, tratamento, destinação final ambientalmente adequada, emissão de comprovantes operacionais, rastreabilidade dos resíduos e demais providências necessárias à adequada continuidade dos serviços.

3.7. A contratada responderá integralmente pela adequada execução técnica, sanitária, ambiental e operacional dos serviços, assumindo os riscos inerentes à atividade e responsabilizando-se por falhas, irregularidades, interrupções, destinação inadequada, desconformidades legais, danos ambientais ou inexecução parcial ou total do objeto contratado.

3.8. A execução contratual deverá assegurar o cumprimento integral do objeto contratado, sendo vedada a utilização de métodos, procedimentos, unidades operacionais ou destinações incompatíveis com as especificações técnicas, exigências legais e condições previstas neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) observância integral da legislação ambiental, sanitária e operacional aplicável ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- b) adoção de procedimentos adequados de coleta, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos classificados no Grupo A2;

- c) utilização de unidades operacionais e sistemas de tratamento devidamente licenciados pelos órgãos ambientais e sanitários competentes, inclusive CETESB, quando aplicável;
- d) adoção de medidas destinadas à prevenção de contaminações ambientais, vazamentos, disposição inadequada de resíduos e demais riscos sanitários e ambientais decorrentes da execução contratual;
- e) observância das normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde;
- f) garantia de rastreabilidade dos resíduos coletados, mediante controle operacional, registros de pesagem, comprovantes de coleta e demais documentos necessários à fiscalização contratual;
- g) destinação final realizada em conformidade com os princípios da responsabilidade ambiental, prevenção de danos ambientais e proteção à saúde pública.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação integral do objeto, em razão da natureza contínua, integrada e operacionalmente interdependente dos serviços contratados, bem como da necessidade de controle direto, centralizado e permanente da execução contratual pela Administração Pública.

4.2.1. A vedação tem por finalidade assegurar a adequada rastreabilidade dos resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2, a uniformidade da execução operacional, a centralização da responsabilidade técnica e administrativa, bem como o efetivo controle sanitário, ambiental e operacional das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

4.2.2. Considerando os riscos sanitários, biológicos, ambientais e operacionais inerentes ao objeto contratado, a fragmentação da execução contratual por meio de subcontratação irrestrita poderia comprometer a cadeia de custódia dos resíduos, dificultar a fiscalização contratual, ampliar riscos de falhas operacionais, prejudicar a rastreabilidade dos resíduos e comprometer a adequada identificação das responsabilidades relacionadas à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações legais, sanitárias e ambientais aplicáveis.

4.2.3. A medida busca, ainda, preservar a eficiência da execução contratual, a segurança operacional, a continuidade dos serviços e a adequada responsabilização da futura contratada perante a Administração Pública e os órgãos de controle.

4.2.4. Admite-se, excepcionalmente, a utilização de unidade terceirizada devidamente licenciada pelos órgãos competentes para realização das etapas de tratamento e/ou destinação final dos resíduos, quando operacionalmente necessário e compatível com a execução do objeto, permanecendo sob responsabilidade integral e exclusiva da contratada principal:

- a) a adequada execução contratual;
- b) a rastreabilidade dos resíduos;
- c) o cumprimento das obrigações sanitárias, ambientais e operacionais aplicáveis;
- d) a regularidade das licenças e autorizações exigidas para execução dos serviços;
- e) a fiscalização e o controle da cadeia de destinação dos resíduos;
- f) o cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

Garantia da Contratação

4.3. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a natureza do objeto, os mecanismos de fiscalização contratual, o controle operacional da execução, a aplicação de sanções administrativas, multas, glosas e demais medidas previstas neste Termo de Referência mostram-se suficientes para resguardar o adequado cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

4.3.1. A medida observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade, evitando a imposição de custos adicionais desnecessários aos licitantes sem prejuízo à adequada segurança da contratação e à proteção do interesse público.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto observará as condições, rotinas operacionais, procedimentos técnicos e demais requisitos previstos neste Termo de Referência, devendo os serviços

ser prestados de forma contínua, regular, segura e em conformidade com a legislação sanitária, ambiental e operacional aplicável.

5.1.1. O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos contados da emissão da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

5.1.2. A contratada deverá realizar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses do Município de Fernandópolis/SP, observando todas as normas sanitárias, ambientais, operacionais e de segurança aplicáveis ao objeto contratado.

5.1.3. A coleta dos resíduos deverá ocorrer de forma periódica e contínua, em frequência compatível com a demanda operacional da unidade atendida e suficiente para evitar acúmulo inadequado, riscos sanitários, comprometimento das atividades operacionais ou prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente.

5.1.4. A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de mão de obra, veículos, recipientes, equipamentos, balanças, materiais, insumos, transporte, tratamento, destinação final licenciada e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços.

5.1.5. Os resíduos coletados deverão ser obrigatoriamente pesados no momento de cada retirada, mediante utilização de balança devidamente aferida e disponibilizada pela contratada, sendo de sua inteira responsabilidade os equipamentos, manutenção, calibração e demais custos relacionados ao procedimento de pesagem.

5.1.6. Após cada coleta, a contratada deverá fornecer comprovante contendo, no mínimo:

- a) data da coleta;
- b) identificação do local atendido;
- c) peso aferido dos resíduos coletados;
- d) identificação do responsável pela retirada;
- e) identificação da unidade responsável pelo tratamento e/ou destinação final, quando aplicável.

5.1.7. Uma via do comprovante deverá permanecer com o setor demandante para fins de controle administrativo, fiscalização contratual, rastreabilidade dos resíduos e realização do ateste dos serviços executados.

5.1.8. O transporte, tratamento e destinação final dos resíduos deverão ser executados exclusivamente em unidades devidamente licenciadas pelos órgãos competentes, observadas as exigências ambientais, sanitárias e operacionais aplicáveis.

5.1.9. A contratada deverá manter durante toda a execução contratual regularidade das licenças, autorizações e documentos exigidos pelos órgãos competentes para execução das atividades relacionadas ao objeto contratado.

5.1.10. A execução contratual deverá assegurar a adequada rastreabilidade dos resíduos, a continuidade operacional dos serviços e o cumprimento integral das obrigações legais, sanitárias, ambientais e contratuais aplicáveis.

5.1.11. O cronograma operacional de coleta poderá ser ajustado pela Administração, mediante solicitação formal e compatibilidade com a demanda operacional do Centro de Controle de Zoonoses, sem prejuízo à continuidade e à adequada execução dos serviços contratados.

5.1.12. O pagamento será realizado exclusivamente sobre os quilogramas efetivamente coletados, transportados, tratados e destinados, devidamente comprovados pelos comprovantes de coleta e pesagem.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.2. Os serviços serão executados nas dependências do Centro de Controle de Zoonoses do Município de Fernandópolis/SP, localizado na Avenida Litério Grecco, nº 300, Vila São Fernando - Fundos, Fernandópolis/SP, ou em outro local previamente indicado pela Administração, quando necessário à adequada execução contratual.

5.3. Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, no horário compreendido entre 07h00 e 17h00, em dias úteis, podendo haver ajustes operacionais previamente autorizados pela Administração, conforme necessidade do serviço e compatibilidade com a rotina operacional da unidade atendida.

Garantia do Serviço

5.4. A contratada deverá assegurar a adequada execução dos serviços durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela correção imediata, sem ônus adicional para a Administração, de falhas, irregularidades, desconformidades operacionais,

inadequações técnicas ou quaisquer ocorrências que comprometam a regularidade, segurança sanitária, rastreabilidade ou continuidade dos serviços prestados.

5.5. Os serviços executados deverão observar padrões adequados de qualidade, segurança operacional, conformidade sanitária, regularidade ambiental e eficiência técnica, permanecendo a contratada integralmente responsável pela adequada execução contratual e pelo cumprimento das exigências legais, regulamentares e operacionais aplicáveis ao objeto contratado.

5.6. Sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, a constatação de falhas na execução dos serviços poderá ensejar determinação de correção imediata, aplicação de glosas, suspensão de pagamentos, aplicação de penalidades contratuais e demais medidas previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1. Na hipótese de convocação, a contratada deverá indicar formalmente preposto, devidamente qualificado e com poderes para representá-la perante a Administração,

apresentando seus dados de contato atualizados (telefone e e-mail), os quais serão utilizados para a realização de todas as tratativas administrativas, operacionais e contratuais, sendo o preposto considerado o canal oficial de comunicação entre as partes.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da contratação

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor atualizado da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor atualizado da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor atualizado da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse

valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma que ocorrer a sessão pública serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e,

nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, quando da conclusão da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser sanados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração,

após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. O prazo de validade.

8.9.2. A data da emissão.

8.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

8.9.4. O período respectivo de execução do contrato.

8.9.5. O valor a pagar.

8.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá conter, obrigatoriamente, os dados bancários para pagamento, incluindo banco, agência e

número da conta corrente, os quais deverão estar vinculados ao titular do CNPJ do Contratado, vedada a indicação de dados bancários de terceiros, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.12. A Administração deverá realizar consulta para:

8.12.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

8.12.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

Prazo de Pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.19. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

8.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

8.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/05/2026.

8.26. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.27. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.28. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.29. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.30. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.31. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.32. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.5. Sociedade empresária (inclusive sociedade limitada) ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de eleição ou designação de seus administradores, quando aplicável.

9.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI.

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12. O objeto social constante do contrato ou estatuto social da empresa deverá guardar compatibilidade com o objeto da contratação, sendo vedada a habilitação de empresa cujo objeto social seja manifestamente incompatível, admitindo-se a compatibilidade por afinidade ou correlação, desde que comprovada a capacidade para execução do objeto.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.19. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos aos tributos estaduais.

9.20. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos aos tributos municipais.

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.23. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. Certidão Negativa de falência (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.25. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.25.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.25.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.25.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.26. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \end{aligned}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. Para a presente contratação, será exigida a apresentação de Licença Sanitária válida, emitida pelo órgão competente e compatível com as atividades de coleta, transporte, tratamento e/ou destinação final de resíduos de serviços de saúde, conforme o objeto contratado. A licença deverá possuir compatibilidade com o endereço operacional relacionado à execução das atividades licenciadas, abrangendo, quando aplicável, os locais de armazenamento, tratamento, manipulação ou operação vinculados à prestação dos serviços. Além da Licença Sanitária, a licitante deverá observar e comprovar atendimento às normas sanitárias, ambientais e operacionais aplicáveis ao objeto, especialmente:

- Lei Estadual nº 15.413/2014;
- Lei Estadual nº 12.300/2006;
- Resolução CONAMA nº 358/2005;
- Resolução CONAMA nº 316/2002;
- RDC ANVISA nº 222/2018;
- Normas técnicas aplicáveis da ABNT;
- Licenças ambientais expedidas pelos órgãos competentes, inclusive CETESB, quando aplicável;
- Demais legislações, regulamentos, licenças e obrigações pertinentes à coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, inclusive normas supervenientes que venham a substituí-las ou complementá-las.

A exigência visa assegurar que a futura contratada possua regularidade sanitária e operacional compatível com a complexidade e os riscos ambientais e sanitários inerentes à execução do objeto contratado

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 461.400,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e quatrocentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação, relativas ao exercício financeiro de 2026, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Fernandópolis, sob a dotação orçamentária própria já prevista para esta contratação.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



Fernandópolis-SP, 26 de junho de 2026.

JOSE MARTINS PINTO NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

7D9987965D3648758A49598E96A90197

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: JOSE MARTINS PINTO NETO em 23/06/2026 12:27:11

CPF:***.***.708-30

Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/7D9987965D3648758A49598E96A90197>



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO Nº XX/XXXX

A **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 47.842.836/0001-05, sediada à Rua Porto Alegre, nº 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, Sr. João Paulo Sales Cantarella, nomeado em 01 de janeiro de 2025 pelo Termo de Posse da Câmara Municipal de Fernandópolis para a Legislatura 2025/2028, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXX**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXX, Nº XX, Bairro: XXXX, XXXX/XX, CEP XXXXX-XXX, (XX) XXXXX-XXXX**, Email: **XXXX@XXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste instrumento representada por seu Representante Legal, Sr.(a) **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 4167/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Municipal nº262 de 04/04/2024 e demais legislação aplicável, **resolvem celebrar o presente Termo de Contrato**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 045/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE CLASSIFICADOS NO GRUPO A2, COMPREENDENDO CARCAÇAS, PEÇAS ANATÔMICAS E DEMAIS RESÍDUOS DE ORIGEM ANIMAL SOB RESPONSABILIDADE DO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	XXXX	XXX	MÊS	XXX	XXX	XXX
2	XXXX	XXX	MÊS	XXX	XXX	XXX

...
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Documentos Integrantes do Contrato

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência.

1.2.2. O Edital da Licitação.

1.2.3. A Proposta do contratado.

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que demonstrados o interesse público e a vantajosidade para a Administração.

2.2. As eventuais prorrogações serão formalizadas mediante termo aditivo, condicionadas à manutenção das condições de habilitação e execução contratual, à existência de disponibilidade orçamentária, à regularidade da execução dos serviços e à comprovação de que a continuidade da contratação permanece mais vantajosa para a Administração.

2.3. A possibilidade de prorrogação decorre da natureza contínua, essencial e permanente dos serviços objeto da contratação, cuja interrupção pode ocasionar riscos sanitários, ambientais e prejuízos à saúde pública.

2.2. A vigência será limitada ao prazo necessário para a execução completa do objeto e seu recebimento definitivo.

2.4. Admite-se prorrogação por prazo determinado, mediante termo aditivo, nos termos do art. 109 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do art. 111.

2.5. Aplicam-se as restrições legais quanto à prorrogação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA SUBCONTRATAÇÃO

3.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ XXX,XX (XXX).

5. CLÁUSULA QUINTA: DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto observará as condições, rotinas operacionais, procedimentos técnicos e demais requisitos previstos neste Termo de Referência, devendo os serviços ser prestados de forma contínua, regular, segura e em conformidade com a legislação sanitária, ambiental e operacional aplicável.

5.1.1. O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos contados da emissão da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

5.1.2. A contratada deverá realizar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde classificados no Grupo A2 gerados pelo Centro de Controle de Zoonoses do Município de Fernandópolis/SP, observando todas as normas sanitárias, ambientais, operacionais e de segurança aplicáveis ao objeto contratado.

5.1.3. A coleta dos resíduos deverá ocorrer de forma periódica e contínua, em frequência compatível com a demanda operacional da unidade atendida e suficiente para evitar acúmulo inadequado, riscos sanitários, comprometimento das atividades operacionais ou prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente.

5.1.4. A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de mão de obra, veículos, recipientes, equipamentos, balanças, materiais, insumos, transporte, tratamento, destinação final licenciada e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços.

5.1.5. Os resíduos coletados deverão ser obrigatoriamente pesados no momento de cada retirada, mediante utilização de balança devidamente aferida e disponibilizada pela contratada, sendo de sua inteira responsabilidade os equipamentos, manutenção, calibração e demais custos relacionados ao procedimento de pesagem.

5.1.6. Após cada coleta, a contratada deverá fornecer comprovante contendo, no mínimo:

- a) data da coleta;
- b) identificação do local atendido;
- c) peso aferido dos resíduos coletados;
- d) identificação do responsável pela retirada;
- e) identificação da unidade responsável pelo tratamento e/ou destinação final, quando aplicável.

5.1.7. Uma via do comprovante deverá permanecer com o setor demandante para fins de controle administrativo, fiscalização contratual, rastreabilidade dos resíduos e realização do ateste dos serviços executados.

5.1.8. O transporte, tratamento e destinação final dos resíduos deverão ser executados exclusivamente em unidades devidamente licenciadas pelos órgãos competentes, observadas as exigências ambientais, sanitárias e operacionais aplicáveis.

5.1.9. A contratada deverá manter durante toda a execução contratual regularidade das licenças, autorizações e documentos exigidos pelos órgãos competentes para execução das atividades relacionadas ao objeto contratado.

5.1.10. A execução contratual deverá assegurar a adequada rastreabilidade dos resíduos, a continuidade operacional dos serviços e o cumprimento integral das obrigações legais, sanitárias, ambientais e contratuais aplicáveis.

5.1.11. O cronograma operacional de coleta poderá ser ajustado pela Administração, mediante solicitação formal e compatibilidade com a demanda operacional do Centro de Controle de Zoonoses, sem prejuízo à continuidade e à adequada execução dos serviços contratados.

5.1.12. O pagamento será realizado exclusivamente sobre os quilogramas efetivamente coletados, transportados, tratados e destinados, devidamente comprovados pelos comprovantes de coleta e pesagem.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.2. Os serviços serão executados nas dependências do Centro de Controle de Zoonoses do Município de Fernandópolis/SP, localizado na Avenida Litério Grecco, nº

300, Vila São Fernando - Fundos, Fernandópolis/SP, ou em outro local previamente indicado pela Administração, quando necessário à adequada execução contratual.

5.3. Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, no horário compreendido entre 07h00 e 17h00, em dias úteis, podendo haver ajustes operacionais previamente autorizados pela Administração, conforme necessidade do serviço e compatibilidade com a rotina operacional da unidade atendida.

Garantia do Serviço

5.4. A contratada deverá assegurar a adequada execução dos serviços durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela correção imediata, sem ônus adicional para a Administração, de falhas, irregularidades, desconformidades operacionais, inadequações técnicas ou quaisquer ocorrências que comprometam a regularidade, segurança sanitária, rastreabilidade ou continuidade dos serviços prestados.

5.5. Os serviços executados deverão observar padrões adequados de qualidade, segurança operacional, conformidade sanitária, regularidade ambiental e eficiência técnica, permanecendo a contratada integralmente responsável pela adequada execução contratual e pelo cumprimento das exigências legais, regulamentares e operacionais aplicáveis ao objeto contratado.

5.6. Sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, a constatação de falhas na execução dos serviços poderá ensejar determinação de correção imediata, aplicação de glosas, suspensão de pagamentos, aplicação de penalidades contratuais e demais medidas previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

6. CLÁUSULA SEXTA: DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1. Na hipótese de convocação, a contratada deverá indicar formalmente preposto, devidamente qualificado e com poderes para representá-la perante a Administração, apresentando seus dados de contato atualizados (telefone e e-mail), os quais serão utilizados para a realização de todas as tratativas administrativas, operacionais e contratuais, sendo o preposto considerado o canal oficial de comunicação entre as partes.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu

desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da contratação

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor atualizado da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor atualizado da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor atualizado da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma que ocorrer a sessão pública serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA: DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, quando da conclusão da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para

efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser sanados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. O prazo de validade.

8.9.2. A data da emissão.

8.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

8.9.4. O período respectivo de execução do contrato.

8.9.5. O valor a pagar.

8.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá conter, obrigatoriamente, os dados bancários para pagamento, incluindo banco, agência e número da conta corrente, os quais deverão estar vinculados ao titular do CNPJ do Contratado, vedada a indicação de dados bancários de terceiros, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.12. A Administração deverá realizar consulta para:

8.12.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

8.12.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

Prazo de Pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.19. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

8.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

9. CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

- 9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/05/2026.
- 9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. São obrigações do Contratante:
- 10.2. Exigir do Contratado o integral cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato, no edital e em seus anexos.
- 10.3. Receber os serviços prestados no prazo, local, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência, observadas as regras de recebimento provisório e definitivo previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sempre que forem constatadas falhas, vícios, desconformidades técnicas, execução inadequada ou descumprimento dos parâmetros

de qualidade, para que proceda, às suas expensas, à correção, reexecução ou complementação dos serviços.

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.6. Em caso de controvérsia sobre a execução dos serviços — quanto à qualidade, extensão ou conformidade — comunicar o Contratado para emissão da Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado no prazo, forma e condições previstas neste Contrato e no Termo de Referência, desde que atendidos os requisitos legais para a liquidação da despesa.

10.8. Aplicar ao Contratado as penalidades previstas na legislação e neste Contrato, quando cabíveis.

10.9. Notificar a Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC para adoção das medidas pertinentes sempre que houver descumprimento contratual.

10.10. Emitir decisão, de forma expressa e fundamentada, sobre todas as solicitações e reclamações do Contratado relacionadas à execução deste Contrato, excetuadas aquelas manifestamente impertinentes, protelatórias ou irrelevantes para a boa execução do ajuste.

10.10.1. A Administração decidirá sobre requerimentos no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo, admitida prorrogação motivada por igual período.

10.11. Responder a eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro formulados pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.12. Notificar os emitentes das garantias apresentadas pelo Contratado sobre a instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

10.13. Comunicar ao Contratado quaisquer alterações decorrentes de determinação administrativa ou de ajustes necessários à adequada execução dos serviços, observados os limites e hipóteses previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10.14. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em razão de atos do Contratado, seus empregados, prepostos ou representantes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da prestação adequada dos serviços, observados os prazos, especificações e condições estabelecidas.

11.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo durante a execução contratual, especialmente para fins de comunicação e recebimento de notificações.

11.3. A Administração poderá recusar a indicação ou manutenção do preposto, desde que justificadamente, devendo o Contratado proceder à imediata substituição.

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

11.5. Executar os serviços conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora, observando rigorosamente os parâmetros de qualidade, desempenho, segurança, normas técnicas aplicáveis e legislação pertinente.

11.6. Corrigir, refazer ou complementar, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contratadas, bem como sanar falhas, vícios, erros ou desconformidades constatadas.

11.7. Responder pelos danos decorrentes de serviços executados inadequadamente ou com falhas, nos termos do Código Civil, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não sendo afastada tal responsabilidade pela fiscalização exercida pelo Contratante. A Administração poderá descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, quando exigida, os valores correspondentes aos danos apurados.

11.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Quando não for possível à Administração verificar eletronicamente a regularidade do contratado, este deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização os

documentos exigidos no Termo de Referência, devidamente válidos e atualizados durante toda a vigência contratual.

11.10. Manter a regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e demais condições exigidas na fase de habilitação durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

11.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratadas, especialmente caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

11.12. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Administração, garantindo pleno acesso aos documentos essenciais relacionados à execução dos serviços.

11.13. Suspende a execução dos serviços quando houver determinação expressa do Contratante, especialmente quando houver risco de execução em desconformidade ou potencial de causar prejuízo à Administração.

11.14. Responder pela integridade dos serviços até seu efetivo recebimento pela Administração, suportando integralmente eventuais prejuízos decorrentes de falha executiva, erro técnico, má prestação ou descumprimento das obrigações contratuais.

11.15. Fornecer todos os recursos humanos, materiais, equipamentos e meios necessários à adequada execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência.

11.16. Submeter previamente ao Contratante, por escrito, qualquer solicitação de alteração de metodologia, técnica, procedimento ou especificação, devidamente justificada, ficando sua aceitação condicionada à avaliação técnica e autorização formal da Administração.

11.17. Não utilizar mão de obra em desconformidade com a legislação trabalhista, especialmente quanto à proibição de trabalho infantil e ao cumprimento das normas de saúde e segurança.

11.18. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme art. 55, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

11.19. Cumprir a legislação referente à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

11.20. Comprovar, quando solicitado pelo fiscal do contrato, a efetiva observância das reservas de vagas previstas em lei, mediante apresentação dos documentos pertinentes.

11.21. Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos, dados ou acessos obtidos em razão da execução contratual, respondendo civil e penalmente por eventual divulgação indevida.

11.22. Arcar com eventuais ônus decorrentes de erro na formulação de sua proposta, especialmente quanto ao dimensionamento dos custos e quantitativos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas, exceto nas hipóteses do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

11.23. Cumprir todas as normas legais vigentes, bem como regras de segurança, proteção ao patrimônio público e procedimentos definidos pelo Contratante para execução dos serviços.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

12.1. Somente serão divulgados os dados pessoais que sejam imprescindíveis ao interesse público, assim entendido como aquele que atende ao direito fundamental consagrado no inciso XXXIII do artigo 5º, conjugado com o artigo 37 da Constituição, ou seja, aquilo que é necessário e indispensável para o controle social da transparência pública.

12.2. No inciso V do art. 7º da LGPD há hipótese específica de tratamento de dados pessoais quando necessário à execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

12.3. O consentimento específico do titular é tácito, nesses casos, em decorrência da autonomia da vontade expressa no momento da realização do instrumento contratual, ou seja, não sendo necessária nova previsão expressa para o tratamento decorrente do ato (art. 7º, inciso V, da LGPD).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que tal ocorra antes do término do prazo de vigência.

14.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo contratual, a vigência poderá ser prorrogada exclusivamente para fins de conclusão do fornecimento, quando houver interesse da Administração e desde que presentes os requisitos legais para prorrogação.

14.3. Quando a não conclusão do fornecimento decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas em lei e neste contrato.

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legais cabíveis para assegurar a continuidade do atendimento da necessidade administrativa, inclusive mediante contratação de remanescente, nova licitação ou outro meio admitido em lei.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou antes do término da vigência, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesses casos, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

14.4.2. A alteração social, transformação societária ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa não implicará extinção contratual se não comprometer sua capacidade de cumprir o objeto contratado.

14.4.2.1. Havendo mudança da pessoa jurídica contratada, a alteração subjetiva deverá ser formalizada mediante termo aditivo, observados os requisitos legais.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos valores ainda devidos.

14.5.3. Apuração de eventuais indenizações, multas ou recomposições devidas.

14.6. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido durante sua execução, hipótese em que poderá ser concedida indenização mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Geral vigente, devidamente aprovados pela Lei Orçamentária nº 5.683/2025, conforme classificação orçamentária abaixo descrita:

Órgão/Unidade:

020601 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa/Projeto/Atividade:

10.301.0037.2038.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Natureza da Despesa:

3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da Prefeitura de Fernandópolis.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Fernandópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Fernandópolis-SP, de de 20....



JOAO PAULO SALES CANTARELLA

Contratante

XXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. xxxx

2. xxxx





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

7CF9AA32141F45CD8AD702F1F889581D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/7CF9AA32141F45CD8AD702F1F889581D>